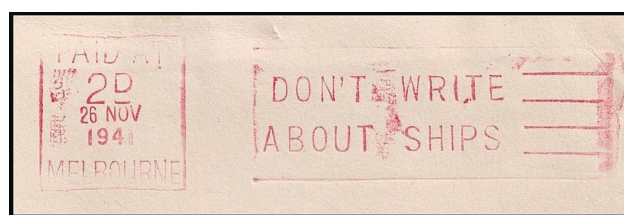




Boletim informativo
Sábado, 26 de setembro de 2026

A Batalha não escrita Silenciando conversas indiscretas na Segunda Guerra Mundial Pedro Congreve



Durante a Segunda Guerra Mundial, as cartas eram uma ligação vital entre a Austrália e aqueles que serviam longe de casa. Elas traziam amor, palavras de conforto e os detalhes comuns do dia a dia. Mas também carregavam uma responsabilidade que as autoridades em tempos de guerra repetidamente enfatizavam para o público: não revelar informações que pudessem ajudar o inimigo. Uma mãe mencionando que o navio de seu filho havia zarpado, um soldado escrevendo para sua esposa que sua unidade chegaria à Nova Guiné na semana seguinte, ou uma namorada comentando que um batalhão havia deixado a cidade poderiam parecer inofensivos. No entanto, tais fragmentos poderiam revelar informações sobre horários de navios, movimentações de tropas ou planos militares se interceptados pelo inimigo. Para evitar isso, as cartas eram sujeitas à censura, e os australianos que divulgassem informações proibidas podiam enfrentar penalidades criminais. Reforçando essa mensagem, os Correios da Austrália colocavam dois avisos inflexíveis nas correspondências do dia a dia: **NÃO ESCREVA SOBRE NAVIOS** e **NÃO DISCUTIR MOVIMENTAÇÕES DE TROPAS** !

Na maioria dos casos, informações sensíveis eram detectadas antes de chegarem ao seu destino. A censura em tempos de guerra visava identificar e remover detalhes que pudessem auxiliar o inimigo, mas o volume de correspondências exigia a cooperação do público. Em abril de 1941, as autoridades militares australianas explicaram que muitas

cartas retidas pela censura continham referências aparentemente inocentes a movimentações militares ou marítimas. Relataram que 75% das cartas retidas pela censura haviam sido escritas por mulheres. Essa correspondência ilustrava como cartas comuns podiam revelar informações sem qualquer intenção nesse sentido, principalmente quando as autoras compartilhavam notícias com maridos, filhos e namorados servindo no exterior.

Um oficial do Estado-Maior, citado pela imprensa, ilustrou o perigo com um exemplo simples. Ele explicou que uma carta informando que "Harry" havia partido em um determinado navio no sábado e que logo encontraria o destinatário na Líbia poderia chegar antes que o navio concluísse sua viagem. Se a carta caísse em mãos inimigas por meio de interceptação ou um desembarque forçado, poderia fornecer informações que identificassem a embarcação e colocassem os tripulantes em risco. O atraso imposto pela censura, portanto, não tinha como objetivo apenas causar transtornos às famílias, mas sim proteger aqueles que serviam no exterior. Como alertou o oficial, mencionar navios colocava os marinheiros em perigo, enquanto mencionar transportes de tropas colocava os soldados em perigo.

O perigo não era teórico. Em 1944, um jornal noticiou a extraordinária jornada de uma carta da Inglaterra que passou pela censura alemã antes de finalmente chegar a Melbourne. Aparentemente, a carta foi interceptada por um navio corsário ou submarino alemão, examinada em busca de informações e, posteriormente, devolvida aos canais postais aliados. Independentemente do valor de inteligência que a carta em questão pudesse conter, sua jornada demonstrou a vulnerabilidade que as campanhas de censura em tempos de guerra visavam combater: a correspondência privada podia escapar do controle do remetente e cair nas mãos da inteligência inimiga. Os avisos colocados nas correspondências australianas, portanto, não eram meras instruções burocráticas, mas parte de um esforço mais amplo para reduzir as informações que poderiam ser obtidas por meio da correspondência.

O Departamento dos Correios incorporou esses avisos à rotina diária dos australianos por meio de seu programa de cancelamento de slogans. " NÃO ESCREVA SOBRE NAVIOS" foi introduzido na primeira semana de janeiro de 1941, seguido por "NÃO DISCUTIR MOVIMENTAÇÕES DE TROPAS!" no final de abril de 1941. Esses slogans se juntaram a outras mensagens de guerra que incentivavam o apoio a empréstimos de guerra, certificados de poupança de guerra e à Cruz Vermelha. Embora os censores trabalhassem para examinar o máximo de correspondências possível, o volume de correspondências em tempos de guerra significava que o sistema postal também

precisava da conscientização e cooperação do público. Portanto, o sistema postal não estava apenas censurando correspondências; estava usando as próprias correspondências para ensinar os australianos a escrever com segurança. Até que os cancelamentos de slogans fossem descontinuados em janeiro de 1942, essas mensagens viajaram com milhões de cartas, levando a campanha de censura para a rotina comum da comunicação diária.

Os alertas tinham respaldo legal. De acordo com a Lei de Segurança Nacional de 1939 e os regulamentos dela decorrentes, a divulgação de informações consideradas úteis ao inimigo poderia acarretar uma pena de até £100 ou seis meses de prisão. As mesmas penas máximas aplicavam-se a uma série de delitos em tempos de guerra, desde o descumprimento das normas de armazenamento de alimentos até declarações que pudessem prejudicar a disciplina militar. Os regulamentos eram suficientemente abrangentes para cobrir divulgações que pudessem auxiliar o inimigo, enquanto as penas constituíam um forte efeito dissuasor. A ameaça de processo judicial era, portanto, real, embora as autoridades também enfatizassem consideravelmente a educação e a persuasão em vez da punição. A pena máxima, contudo, não refletia necessariamente a pena imposta em casos individuais, como demonstram dois recursos julgados no Tribunal de Sessões Trimestrais de Newcastle em 1943.

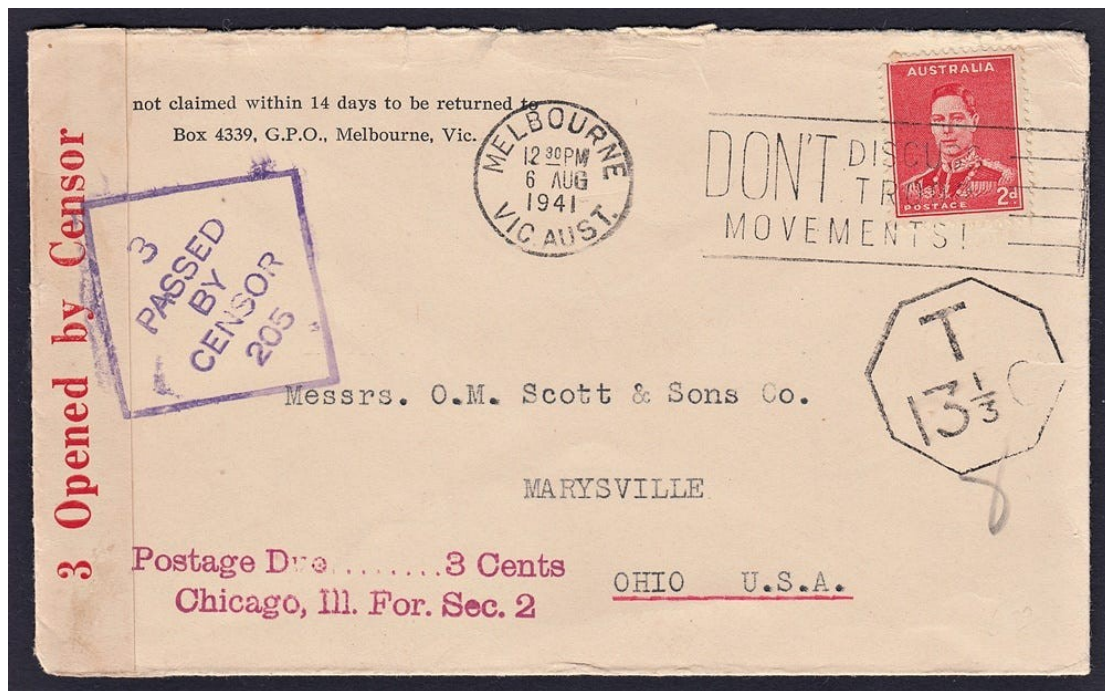
Em novembro de 1943, dois oficiais recorreram de condenações recentes sob os Regulamentos de Segurança Nacional. No primeiro caso, um oficial de navio havia sido multado em £20 por uma carta para sua tia na Inglaterra, que o juiz considerou que poderia ter sido útil ao inimigo. Em sua defesa, o oficial alegou que não acreditava que a carta revelasse qualquer informação e, crucialmente, presumiu que o censor identificaria e removeria qualquer coisa problemática antes da entrega da carta. Ele também salientou que, como oficial de navio, sua própria segurança estava em jogo, não lhe havendo motivo para divulgar informações que pudessem colocar em risco a si mesmo ou à sua embarcação. O recurso foi, no entanto, negado, e ele foi condenado a pagar £5 em custas processuais.

O segundo caso envolvia um recorrente que havia sido multado em £20 por enviar um telegrama contendo informações úteis ao inimigo. O telegrama era uma ordem para outro oficial e não continha nomes de navios, e o recorrente acreditava que enviá-lo pelos correios era permitido. O juiz considerou que tecnicamente houve uma violação dos Regulamentos de Segurança Nacional, mas encarou a infração como um ato de negligência, e não de deslealdade. Ele enfatizou que os regulamentos exigiam extrema cautela para garantir que não houvesse possibilidade de o inimigo se beneficiar de tais

informações. Exercendo seu poder discricionário, ele cancelou a multa de £20 e, em vez disso, liberou o recorrente mediante uma fiança de £10, com a condição de manter bom comportamento por 12 meses e observar os Regulamentos de Segurança Nacional. Em conjunto, os casos demonstram como os regulamentos funcionavam na prática: a ausência de qualquer intenção de auxiliar o inimigo não eximia o recorrente da obrigação de agir com cautela, enquanto a existência de censura não eximia o remetente da responsabilidade pelo conteúdo escrito.

A Austrália não foi a única a tentar tornar a segurança da informação um hábito do dia a dia. A Grã-Bretanha teve sua campanha “Conversas Descuidadas Custam Vidas”, os Estados Unidos adotaram, entre outras, “Língua Solta Afunda Navios”, a Suécia promoveu “En svensk tiger” (“Um sueco se cala”) e a Alemanha alertou “Schäm Dich, Schwätzer!” (“Que vergonha, tagarela!”). Essas campanhas foram amplamente construídas em torno da ameaça do espião que escuta, mas o alerta se aplicava igualmente à palavra escrita. Uma carta interceptada pela inteligência inimiga poderia ser tão útil quanto um comentário descuidado ouvido em um trem lotado. Governos em todo o mundo reconheceram que informações divulgadas casualmente, seja oralmente ou por escrito, poderiam se tornar uma fonte valiosa de inteligência.

Historiadores observaram posteriormente que essas campanhas serviram a vários propósitos. Elas buscavam genuinamente limitar as informações disponíveis para a inteligência inimiga, mas também ajudavam a controlar rumores, proteger o moral e incentivar a disciplina pública durante a guerra total. Os slogans postais australianos acrescentam outra dimensão a essa história, pois imprimiam o aviso diretamente no meio pelo qual as informações eram trocadas. “NÃO ESCREVA SOBRE NAVIOS” e “NÃO DISCUTIR MOVIMENTAÇÕES DE TROPAS!” transformaram a carta comum em um meio de comunicação e um lembrete de suas responsabilidades. Impressos em milhões de correspondências, os slogans carregavam uma mensagem simples pela rede postal: a censura podia controlar o que as pessoas escreviam, mas a responsabilidade pelo que era escrito começava com o remetente.



Artigo Original em Inglês

During the Second World War, letters were a lifeline between Australia and those serving far from home. They carried love, reassurance and the ordinary details of everyday life. They also carried a responsibility that wartime authorities repeatedly impressed upon the public: not to reveal information that might aid the enemy. A mother mentioning that her son's ship had sailed, a soldier writing to his wife that his unit was expected to arrive in New Guinea the following week, or a sweetheart remarking that a battalion had left town might have seemed harmless. Yet such fragments could reveal information about shipping schedules, troop movements or military plans if intercepted by the enemy. To prevent this, letters were subject to censorship, and Australians who disclosed prohibited information could face criminal penalties. Reinforcing that message, the Australian Post Office placed two uncompromising warnings on everyday mail: DON'T WRITE ABOUT SHIPS and DON'T DISCUSS TROOP MOVEMENTS!.

In most cases, sensitive information was detected before it could reach its destination. Wartime censorship was intended to identify and remove details that might assist the enemy, but the volume of correspondence meant that public cooperation remained essential. In April 1941, Australian military authorities explained that many letters delayed by censors contained seemingly innocent references to military or shipping movements. They reported that 75 per cent of the letters delayed by censors had been written by women. Such correspondence illustrated how ordinary letters could disclose information without any intention to do so, particularly when writers were sharing news with husbands, sons and sweethearts serving overseas.

A general staff officer, quoted in the press, illustrated the danger with a simple example. He explained that a letter stating that “Harry” had left on a particular ship on Saturday and would soon be seeing the recipient in Libya might arrive before the ship completed its voyage. If the letter fell into enemy hands through interception or a forced landing, it could provide information identifying the vessel and placing those aboard at risk. The delay imposed by censorship was therefore not intended simply to inconvenience families, but to protect those serving overseas. As the officer warned, mentioning ships endangered seamen, while mentioning troop transports endangered soldiers.

The danger was not theoretical. In 1944, a newspaper reported the extraordinary journey of a letter from England that had passed through German censorship before eventually reaching Melbourne. The letter had apparently been intercepted by a German raider or submarine, examined for intelligence, and later returned to Allied mail channels. Whatever intelligence value the particular letter may have contained, its journey demonstrated the vulnerability that wartime censorship campaigns were designed to address: private correspondence could leave the writer’s control and enter the hands of enemy intelligence. The warnings placed on Australian mail were therefore not simply bureaucratic instructions, but part of a wider effort to reduce the information that could be obtained from correspondence.

The Postmaster-General’s Department incorporated these warnings into the daily routines of Australians through its slogan cancellation programme. DON’T WRITE ABOUT SHIPS was introduced in the first week of January 1941, followed by DON’T DISCUSS TROOP MOVEMENTS! in late April 1941. These slogans joined other wartime messages encouraging support for war loans, war savings certificates and the Red Cross. While censors worked to examine as much correspondence as possible, the volume of wartime mail meant that the postal system also had to rely on public awareness and cooperation. The postal system was therefore not merely censoring correspondence; it was using correspondence itself to teach Australians how to write safely. Until slogan cancellations were discontinued in January 1942, these messages travelled with millions of letters, carrying the censorship campaign into the ordinary routines of daily communication.

The warnings were backed by law. Under the National Security Act 1939 and regulations made under it, the disclosure of information considered useful to the enemy could attract a penalty of up to £100 or six months’ imprisonment. The same maximum penalties applied to a range of wartime offences, from breaching food storage rules to making statements that could prejudice military discipline. The regulations were sufficiently broad to cover disclosures that might assist the enemy, while the penalties provided a substantial

deterrent. The threat of prosecution was therefore real, even though the authorities also placed considerable emphasis on education and persuasion rather than punishment. The maximum penalty, however, did not necessarily reflect the penalty imposed in individual cases, as two appeals heard at Newcastle Quarter Sessions in 1943 demonstrate.

In November 1943, two officers appealed against recent convictions under the National Security Regulations. In the first case, a ship's officer had been fined £20 for a letter to his aunt in England that the judge considered might have been useful to the enemy. In his defence, the officer said that he had not believed the letter disclosed any information and, crucially, had assumed that the censor would identify and remove anything problematic before the letter was delivered. He also pointed out that, as a ship's officer, his own safety was at stake, giving him no reason to disclose information that might endanger himself or his vessel. The appeal was nevertheless dismissed, and he was ordered to pay £5 in costs.

The second case involved an appellant who had been fined £20 for sending a telegram containing information useful to the enemy. The telegram was an order to another officer and contained no names of ships, and the appellant had believed that sending it through the post office was permissible. The judge found that there had technically been a breach of the National Security Regulations, but regarded the offence as one of carelessness rather than disloyalty. He emphasised that the regulations demanded extreme caution to ensure that there was no possibility of the enemy benefiting from such information. Exercising his discretion, he cancelled the £20 fine and instead released the appellant on a £10 bond to be of good behaviour for 12 months and to observe the National Security Regulations. Together, the cases show how the regulations operated in practice: the absence of any intention to assist the enemy did not remove the obligation to exercise care, while the existence of censorship did not relieve the writer of responsibility for what was written.

Australia was not alone in trying to make information security a habit of everyday life. Britain had its "Careless Talk Costs Lives" campaign, the United States adopted, among others, "Loose Lips Sink Ships," Sweden promoted "En svensk tiger" ("A Swede keeps silent"), and Germany warned "Schäm Dich, Schwätzer!" ("Shame on you, blabbermouth!"). These campaigns were largely built around the threat of the listening spy, but the warning applied equally to the written word. A letter intercepted by enemy intelligence could be just as useful as a careless remark overheard in a crowded train. Governments across the world recognised that information disclosed casually, whether spoken aloud or committed to paper, could become a source of valuable intelligence.

Historians have since noted that these campaigns served several purposes. They genuinely sought to limit information available to enemy intelligence, but they also helped control rumours, protect morale and encourage public discipline during total war. The Australian postal slogans add another dimension to this history because they placed the warning directly onto the medium through which information was being exchanged. DON'T WRITE ABOUT SHIPS and DON'T DISCUSS TROOP MOVEMENTS! transformed the ordinary letter into both a means of communication and a reminder of its responsibilities. Impressed onto millions of pieces of mail, the slogans carried a simple message through the postal network: censorship might check what people wrote, but responsibility for what was written began with the writer.

References

- Added risk. (1943, October 7). The Sun, p. 4. <http://nla.gov.au/nla.news-article231610139>
- Campbell, D. (n.d.). Loose lips sink ships. In Wikipedia. Retrieved August 6, 2026, from https://en.wikipedia.org/wiki/Loose_lips_sink_ships
- Don't let up [Advertisement]. (1944, May 11). Auckland Star, p. 3. <https://paperspast.natlib.govt.nz/newspapers/AS19440511.2.23>
- Don't let up. (1944, May 11). Auckland Star, p. 3. <https://paperspast.natlib.govt.nz/newspapers/AS19440511.2.23>
- Don't write about ships. (1944, March 24). The Kadina and Wallaroo Times, p. 2. <http://nla.gov.au/nla.news-article110516161>
- G.P.O. helps war effort. (1941, March 11). The Advertiser, p. 15. <http://nla.gov.au/nla.news-article74459035>.
- Loose lips sink ships. (n.d.). In Wikipedia. Retrieved August 6, 2026, from https://en.wikipedia.org/wiki/Loose_lips_sink_ships
- National Security Act 1939 (Cth) s 10 (Austl.).
- Occleshaw, R. C. (1991). Australian slogan cancellations 1917-1990: Volume 1: The Commemorative and Short Term Markings. Magpie Publications.
- The Courts. (1943, November 19). The Newcastle Sun (NSW: 1918-1954), p. 2. <http://nla.gov.au/nla.news-article167615668>

- Trouble to censors: Women letter writers' complaint in Australia. (1941, April 16). New Zealand Herald, p. 9.
<https://paperspast.natlib.govt.nz/newspapers/NZH19410416.2.98>
-

Slogan Shorts explores the social history hidden within Australia's postal slogans. Far more than a way of cancelling a stamp, these short messages captured the issues, ideas and everyday experiences that shaped Australian life. A postal slogan may only occupy a few centimetres on an envelope, but it can reveal a much larger story. In this series, we follow a slogan back to its origins, uncovering the people, events and changing priorities preserved in these small but fascinating documents of social history.

Subscreva: https://substack.com/sign-in?redirect=%2Faccount%3Futm_source%3Dsubstack%26utm_medium%3Demail&for_pub=stampden&email=&with_password=&change_user=false&justTrying=